



*Comissão dos Assuntos Externos
O Presidente*

28.2.2022

Ex.^{mo} Senhor Johan Van Overtveldt
Presidente
Comissão dos Orçamentos

Assunto: Parecer sobre as orientações gerais para a preparação do orçamento de 2023,
Secção III (2021/2226(BUI))

Senhor Presidente,

No âmbito do processo em epígrafe, a Comissão dos Assuntos Externos foi incumbida de submeter um parecer à apreciação da comissão a que V. Ex.^a preside. Na sua reunião de 25 de janeiro de 2022, esta comissão decidiu proceder ao envio do presente parecer sob a forma de carta. A Comissão AFET examinou o assunto na sua reunião do dia 28/02/2022 e aprovou o parecer no decurso da referida reunião¹.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex.^a os protestos da minha elevada consideração.

David McAllister

¹ Encontravam-se presentes no momento da votação final: David McAllister (presidente), Urmas Paet (vice-presidente), Sergei Stanishev (vice-presidente), Željana Zovko (vice-presidente), Michael Gahler (relator de parecer), Alviina Alametsä, Alexander Alexandrov Yordanov, François Alfonsi, Petras Auštrevičius, Traian Băsescu, Anna Bonfrisco, Reinhard Bütikofer, Traian Băsescu, Fabio Massimo Castaldo, Susanna Ceccardi, Włodzimierz Cimoszewicz, Özlem Demirel, Tanja Fajon, Anna Fotyga, Giorgos Georgiou, Sunčana Glavak, Raphaël Glucksmann, Klemen Grošelj, Bernard Guetta, Evin Incir, Sandra Kalniete, Peter Kofod, Stelios Kouloglou, Andrey Kovatchev, Andrius Kubilius, Ilhan Kyuchyuk, Dietmar Köster, Hélène Laporte, David Lega, Miriam Lexmann, Nathalie Loiseau, Karsten Lucke, Leopoldo López Gil, Antonio López-Istúriz White, Claudiu Manda, Lukas Mandl, Thierry Mariani, Pedro Marques, Vangelis Meimarakis, Francisco José Millán Mon, Javier Nart, Gheorghe-Vlad Nistor, Demetris Papadakis, Tonino Picula, Manu Pineda, Giuliano Pisapia, Thijs Reuten, María Soraya Rodríguez Ramos, Bert-Jan Ruissen, Nacho Sánchez Amor, Jacek Saryusz-Wolski, Isabel Santos, Andreas Schieder, Radosław Sikorski, Jordi Solé, Tineke Strik, Dominik Tarczyński, Dragoș Tudorache, Hilde Vautmans, Viola Von Cramon-Taubadel, Thomas Waitz, Charlie Weimers, Isabel Wiseler-Lima, Salima Yenbou e Bernhard Zimniok.

SUGESTÕES

1. Apela a um orçamento ambicioso para 2023 no domínio da ação externa e da defesa, que permita à UE enfrentar os crescentes desafios e ameaças externos;
2. Apela ao reforço da resposta global da UE à pandemia de COVID-19; congratula-se com o papel de liderança da UE nos esforços internacionais de vacinação e apela a um acesso equitativo às vacinas por parte dos países mais frágeis;
3. Recorda a importância estratégica da política de alargamento nos Balcãs Ocidentais; sublinha o contributo fundamental do Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA III) e do Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional (IVCDI) para a promoção da democracia, do Estado de direito, dos direitos humanos, das reformas políticas e económicas, da consolidação da paz, da reconciliação, da mediação e do desenvolvimento sustentável; solicita, neste contexto, um financiamento adequado para os Balcãs Ocidentais, bem como para a sociedade civil turca e os países da vizinhança oriental e meridional ao abrigo da rubrica 6;
4. Recorda que o instrumento de assistência de pré-adesão (IPA III) prevê uma forte condicionalidade e que o financiamento deve ser modulado ou mesmo suspenso em caso de regressão significativa ou falta persistente de progresso no domínio dos chamados «fundamentos», nomeadamente no domínio do Estado de direito e dos direitos fundamentais;
5. Considera que a estrutura das rubricas orçamentais da Política Europeia de Vizinhança para o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 é demasiado simplificada, uma vez que inclui apenas duas rubricas, respetivamente, Vizinhança Meridional e Parceria Oriental; lamenta que essa estrutura simplificada não permita à autoridade orçamental desempenhar adequadamente o seu papel de decisão e controlo no processo orçamental anual; considera que as necessidades financeiras de cada uma das duas zonas geográficas devem ser abordadas através de, pelo menos, três rubricas orçamentais que visem, respetivamente, questões políticas, de desenvolvimento e de segurança;
6. Salaria que a proteção e a promoção da democracia e dos direitos humanos a nível mundial constituem um objetivo fundamental da agenda de política externa da UE; solicita, por conseguinte, o reforço do orçamento para as missões de observação eleitoral, tendo em conta o seu papel na consolidação das instituições democráticas e na criação de estabilidade nos países frágeis, bem como o reforço dos orçamentos para a preservação dos direitos humanos e para o apoio às organizações da sociedade civil, incluindo as que estão empenhadas na emancipação das mulheres;
7. Apela ao aumento e à previsibilidade do financiamento da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA) em 2023, de modo a preservar a prestação coerente e ininterrupta de serviços vitais a milhões de refugiados palestinianos e em reconhecimento do seu papel essencial na contribuição para a estabilidade regional num período de incerteza política na região;

8. Congratula-se com a disponibilidade da UE para enfrentar os desafios mundiais mais prementes, investindo no desenvolvimento sustentável da infraestrutura mundial, mormente nas tecnologias ecológicas e na conectividade digital, através da Estratégia «Global Gateway» da UE; insta a Comissão a trabalhar numa governação eficaz da Estratégia Global Gateway da UE, com o objetivo de melhorar a coordenação interna, a cooperação com o setor privado e a coordenação com a Equipa Europa e com o Parlamento Europeu; insta a Comissão a envolver devidamente o Parlamento nas decisões sobre os programas de investimento da Estratégia Global Gateway da UE e a mantê-lo regularmente informado sobre os respetivos desenvolvimentos, incluindo as implicações orçamentais à medida que evoluem;
9. Sublinha a premência de reforçar e expeditar a contribuição financeira da UE para a ação mundial contra a crise climática e a perda de biodiversidade, à luz das consequências calamitosas das alterações climáticas;
10. Salaria a importância de um aumento do financiamento para incluir e racionalizar a luta contra as ingerências mal-intencionadas e a desinformação, bem como de um quadro institucional eficaz na UE, nomeadamente para a implementação das estruturas identificadas no relatório recentemente adotado da Comissão INGE, incluindo uma equipa estratégica do SEAE para o Extremo Oriente, um grupo de trabalho da Comissão e um Centro Europeu para as Ameaças de Ingerência e a Integridade da Informação;
11. Apela à integração da perspectiva de género no orçamento de 2023 e salienta que são necessários indicadores adequados e mensuráveis e uma metodologia específica, bem como um acompanhamento regular, para analisar o impacto do orçamento da UE na igualdade de género e aplicar eficazmente a orçamentação sensível ao género na ação externa da UE; salienta que são necessários recursos adequados para financiar a execução do GAP III;
12. Salaria a necessidade de coerência, responsabilização e eficiência no financiamento da ação externa da UE; apela a uma maior transparência e controlo democrático do financiamento dos IFE através de uma orientação estratégica por parte do Parlamento e de um diálogo geopolítico reforçado entre o Parlamento e a Comissão;
13. Salaria a importância da prestação de apoio financeiro adequado pelos Estados-Membros e através do Fundo Europeu de Defesa para enquadrar uma forte Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da UE, em especial para missões civis e operações militares da PCSD, e aumentar a segurança e a autonomia estratégica da UE; considera que esse esforço aumentaria a capacidade da União para contribuir para a estabilidade, a segurança e a paz a nível internacional, designadamente no que se refere à promoção e ao respeito pelo direito internacional, em estreita cooperação com as Nações Unidas, a OTAN, a OSCE e os países aliados, ou, se necessário, atuando sozinha;